



POR OUTRA ECO(LOGIA)NOMIA E SUSTENTABILIDADE¹

FOR ANOTHER ECO(LOGY)NOMY AND SUSTAINABILITY

Uilmer Rodrigues Xavier da Cruz – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Belo Horizonte – MG – Brasil
uilmer@ufmg.br

Ricardo Alexandrino Garcia – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Belo Horizonte – MG – Brasil
alexandrinogarcia@ufmg.br

RESUMO

O grande processo de industrialização que o mundo tem experimentado vem trazendo consequências diversas, como problemas sociais e questões ecológicas relacionadas ao esgotamento dos recursos naturais. À vista disso, é importante pensar em formas de diminuir os impactos sociais e ecológicos advindos desse processo no futuro. É a partir daí que surge o conceito de *sustentabilidade*, como uma possibilidade de conectar a economia com o bem-estar social e do meio ambiente. Nesse seguimento, este trabalho busca estabelecer um diálogo, à luz de autores como Pádua (2005), Gonçalves (2018) e Grzybowski (2011), que abordam os fenômenos da realidade através da lente da ciência geográfica, acerca de reflexões e definições de suma importância para os dias de hoje. Entre essas reflexões, encontra-se o estudo dos territórios socioespaciais nos contextos políticos e sociais que advêm da relação entre o homem e a natureza. Também são apresentados os conceitos de *novo realismo ecológico*, *iniquidade global*, *enfoque flutuante*, *biocivilização*, entre outros. Tendo isso em vista, é possível concluir que o Brasil precisará de recursos naturais, presentes na diversidade de seu território, para combater sua dívida social. Contudo, para que esse enfrentamento não prejudique o meio ambiente, será preciso também criar mecanismos que superem a superficialidade identificada no enfoque flutuante, priorizando a preservação ao meio ambiente.

Palavras-chave: Ecologia Política. Economia. Sustentabilidade ambiental.

ABSTRACT

The great industrialization process has been bringing consequences, such as the various social problems, as well as ecological questions that are related to the extinguishing of natural resources. In this sense, it's important to think of ways to decrease the social and ecological impacts arising from these practices in the

¹ Palavras iniciais, Revisão de literatura, O presente artigo faz parte da pesquisa em andamento no curso de Doutorado em Geografia — Programa de Doutorado em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais —, na linha de pesquisa de Produção do Espaço, Ecologia, Política, Cultura e Educação em Geografia. À FAPEMIG, pela concessão de bolsa de pesquisa.

future. From that point, the concept of sustainability arises, as a possibility to connect the economy, social welfare and the environment. Therefore, this work sought to establish a dialogue, in the light of authors such as Pádua (2005, Gonçalves (2018) and Grzybowski (2011), among others, who approach the phenomena of reality through the eyes of Geographic Science and from reflections and definitions of paramount importance for today. Among these reflections, there is the study of socio-spatial territories in the political and social contexts that arise from the relationship between man and nature. Also presented here are the concepts of the “New Ecological Realism” “Global Iniquity”, “Floating Approach”, “bio civilization” etc. Thus, it was possible to conclude that Brazil will need natural resources, present in the diversity of its territory, to combat its social debt. harm the environment, it will also be necessary to create mechanisms that overcome the superficiality mentioned in the floating approach, giving priority to preserving the environment.

Keywords: Political Ecology. Economy. Environmental Sustainability

INTRODUÇÃO

No século XVIII, com a Revolução Industrial, além de a economia mercantil passar a ser caracterizada como capitalista, ocorreram mudanças nas relações do homem com a natureza. Assistimos, por exemplo, à revolução energética, pela qual o homem conseguiu ter “domínio” sobre os recursos naturais, com o objetivo de produzir energia e aplicá-la na indústria, nos meios de transporte e na navegação. Não obstante, esse grande processo de industrialização levou ao crescimento do consumo e, conseqüentemente, à intensificação do uso de recursos naturais, bem como ao aumento da produção de resíduos. Todas essas conseqüências, oriundas do processo de industrialização, têm causado diversas conseqüências sociais, como a má distribuição de renda, a pobreza extrema e o uso de mão-de-obra precarizada, além de impasses ecológicos que se relacionam ao mau uso dos recursos naturais.

Embora entendamos que hoje não é mais possível sobreviver sem as facilidades, as tecnologias e tudo mais que se pode extrair da natureza, é imprescindível pensar em formas de mitigar os impactos sociais e ecológicos do usufruto dos recursos naturais no futuro. É nesse ponto que se insere a noção de *desenvolvimento sustentável*. A Comissão Mundial sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente da Organização das Nações Unidas publicou em 1987 o Relatório Brundtland, conhecido também como Nosso futuro comum. Nesse documento, a Comissão dissemina a ideia de desenvolvimento sustentável, definindo-o, desde o início, como “[...] aquele que atende

às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE, 1987/1991, p. 46).

A Comissão aponta que, nos tempos mais recentes, estamos assistindo ao progresso da ciência e da tecnologia, o qual traz confortos materiais para as vidas de nossos contemporâneos. Esse progresso, entretanto, não deve estar desalinhado de questões referentes a preservação do meio ambiente e de seus recursos naturais. O desenvolvimento econômico e social, segundo o que o relatório preconiza, deve estar em sintonia com o uso consciente do que a natureza pode oferecer. É nesse ponto que o desenvolvimento sustentável se faz necessário. Ele constitui “[...] um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE, 1987/1991, p. 49). Objetiva-se com isso realizar a manutenção do meio ambiente, para que ele seja profícuo às próximas gerações.

De maneira geral, o desenvolvimento sustentável tem como princípios básicos a retomada do crescimento econômico, a otimização da qualidade desse crescimento, o atendimento das necessidades essenciais, a oferta de empregos, a manutenção de um nível populacional sustentável, a conservação e o uso consciente de recursos naturais, a reorientação do progresso, de modo a não prejudicar o meio ambiente, e a inclusão de pautas ambientais no processo de tomada de decisões socioeconômicas (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE, 1987/1991).

Para que esses princípios se tornem fins, é necessário que haja uma política que assegure a participação efetiva da população nas tomadas de decisão, uma economia que gere excedentes e conserve o *savoir-faire* técnico de maneira constante e confiável, uma produção e um consumo conscientes, que respeitem a base ecológica do desenvolvimento, uma tecnologia apta a se adaptar com vistas a solucionar impasses que desgastem a natureza e uma administração flexível e capaz de se corrigir, se necessário (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE, 1987/1991). Conforme o relatório *Nosso futuro comum*, esses requisitos devem adquirir

“[...] o caráter de objetivos que devem inspirar a ação nacional e internacional para o desenvolvimento” (p. 70). Como a realidade tem atestado, no entanto, a ideia de um desenvolvimento sustentável, no capitalismo, se mostra bastante utópica, uma vez que a busca de lucro faz com que as grandes empresas se interessem apenas pela dimensão econômica, desconsiderando os impactos que podem gerar na esfera ecológica/ambiental.

Para que o desenvolvimento sustentável deixe de parecer uma utopia, faz-se necessário um contexto social e político mais flexível, aberto a algumas concessões que podem, no futuro, se mostrar como aquilo que manteve a engrenagem da produção e da economia girando. É nesse sentido que se diz que, na prática da sustentabilidade, está implícita uma preocupação com a equidade social entre as gerações (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE, 1987/1991). Aqui, não se opera apenas com a ideia de manter o mundo um território profícuo para nossos filhos e os filhos de nossos filhos, mas também mantém o mundo profícuo para que a economia continue possível, para que a produção consiga extrair da natureza recursos para a geração de novas mercadorias e para o avanço das tecnologias.

Tendo isso em conta, este trabalho tem o objetivo de estabelecer o que é a geografia na perspectiva da produção política, social e ambiental do território. Além disso, concentra-se em estabelecer um diálogo com autores que, ao longo da história do pensamento científico geográfico, têm se preocupado em produzir reflexões conceituais, propondo apreender fenômenos da realidade através do olhar específico da geografia.

Para tanto, a discussão contida neste artigo está dividida em duas partes. A primeira considera o estudo dos territórios socioespaciais importante para a compreensão dos contextos políticos e sociais oriundos da relação entre o homem e a natureza. Além disso, discute como o passado colonialista do Brasil influenciou diretamente nas dinâmicas econômicas, políticas, sociais, territoriais e ambientais dos dias de hoje. Também demonstra como o conceito de desenvolvimento sustentável passou a fazer parte das discussões globais relacionadas à luta pela preservação ambiental e fomentou o surgimento de movimentos sociais e ambientalistas nesse

contexto de forte urbanização e consumo. Por fim, observa como é impossível separar os homens de todas as transformações que ocorrem e que também são derivadas do meio ambiente.

A segunda parte aborda o tema da urbanização, do consumo e das mudanças ambientais globais a partir dos pressupostos de alguns autores, dentre eles Pádua (2005), Gonçalves (2018) e Grzybowski (2011). Pádua (2005) propõe o conceito de *novo realismo ecológico*, o qual busca resolver os impasses político-sociais, econômicos e ambientais que são fruto de um pensamento atual segundo o qual a sociedade está dissociada do meio ambiente do qual faz parte — o chamado *enfoque flutuante*. Outro conceito trabalhado pelo autor é o de *iniquidade global*, que basicamente serve para dimensionar o índice de uso dos recursos naturais e do espaço ambiental. Na visão dele, a sustentabilidade não é sinônimo de política ambiental, pois possui ações mais globalizadas. Gonçalves (2018), por sua vez, faz uma análise minuciosa do *Rascunho zero*, proveniente do material *O futuro que queremos*, apresentado na Conferência das Nações Unidas Rio +20 de 2012. Esse documento dita uma série de ações que deveriam ser discutidas no evento e colocadas em prática a favor de um ambiente mais sustentável. Para o autor, o documento trata de questões econômicas e empresariais em detrimento das questões ambientais, apesar de ter como foco a mitigação dos problemas ambientais a partir do desenvolvimento sustentável. Finalmente, Grzybowski (2011) apresenta uma ideia mais utópica e subjetiva sobre o que é atualmente a questão da política ambiental e sobre como ela deveria ser. O autor afirma que os bens comuns não se assemelham à propriedade privada, devendo ser desconectados do ideal mercantilista e capitalista para que se consiga chegar à tão almejada ideia de *biocivilização*. Ele também relaciona a desigualdade social à questão da degradação ambiental.

SUSTENTABILIDADE, PLANEJAMENTO E POLÍTICAS URBANO-AMBIENTAIS: MOVIMENTOS SOCIAIS, AMBIENTALISTAS E ECO(LOGIA)NIA POLÍTICA

Juntamente a qualquer discussão sobre ecologia ou sustentabilidade e sobre os movimentos sociais ou ambientalistas envolvidos nessas esferas no contexto

brasileiro, é fundamental que se considere também as questões relacionadas ao espaço ou território. Isso porque é preciso conhecer e compreender as especificidades de um país tão diverso e múltiplo em todos os seus aspectos.

Para Gonçalves (2005), a escala é primordial para a aplicabilidade de conceitos teórico-metodológicos nos estudos socioespaciais, justamente devido ao tamanho continental do Estado-nação brasileiro. Então, fatores como tempo, homem e natureza devem ser levados em consideração para a melhor compreensão da reprodução social e, não obstante, para uma melhor tomada de decisão, indissociada do território, que possa harmonicamente estar em consonância com outros Estados-nação.

Sendo assim, o conceito brasileiro de *tropicalidade* de Gonçalves (2005) se torna altamente atraente em sua formação territorial, sobretudo quando a abundante apropriação de valor de recursos naturais exóticos se torna fonte lucrativa de negócios e domínio da colônia-mercantil nos séculos XVI e XVII. Essa colônia ditou a composição do bloco de poder vigente no Brasil. Ora, as condições socioambientais de distribuição de terra geraram grandes reflexos na sociedade em relação a aspectos econômicos, raciais, exclusões sociais e organizações espaciais. Isso ocorreu porque a riqueza e o poder foram concentrados nas mãos de poucos e havia uma pobreza massiva, principalmente das nações indígenas e dos negros (GONÇALVES, 2005).

Dado o exposto, tratar-se-á aqui da literatura que busca explicar e provocar reflexões sobre as implicações e desdobramentos desse processo na forma como se desenvolve hoje a política socioambiental. O artigo *Políticas ambientais e construção democrática*, de Acselrad (2001), por exemplo, traz um breve panorama/uma breve revisão de literatura sobre utopia e distopia com base nos preceitos da ecologia política no processo de construção democrático-ditatorial da formação territorial, econômica e de regulação ambiental brasileira. O autor contextualiza os processos do capitalismo, regidos por atores de Estado, as empresas privadas que detêm o controle dos recursos naturais, os sujeitos sociais, os movimentos de lutas e a organização da sociedade civil, que traça mecanismos simbólicos de resistência e organização para contrapor essa hegemonia conflitiva de poder.

O texto se apresenta atemporal, inclusive, "eu vejo o futuro repetir o passado" (CAZUZA, 1988), quando os tópicos frasais mostram exemplos variados e retóricas de falácias que permanecem presentes no tempo e na história como: "*despolitização* das práticas de governo", "a saúde do povo depende da saúde dos bancos", "precipitem-se num estouro da boiada", "plena vigência dos mecanismos de mercado" etc. (ACSELRAD, 2001).

De acordo com Viola e Leis (1992), o conceito de desenvolvimento sustentável passou a ser um debate mundial crescente, fruto de preocupação pública. Com isso, tornou-se crescente também a luta pela preservação ambiental, que se originou com a criação de organismos não governamentais e grupos comunitários internacionais que militam no intuito de mitigar a intensificação dos problemas socioambientais e a erosão dos Estados nacionais por parte do mercado mundial. Os autores trazem um panorama temporal da criação institucional dessa problemática ambiental, de forma global, sendo que, na América Latina, esse *boom* aconteceu na década de 1980, época em que urgiu a necessidade de se implementar políticas de produção voltadas ao modo sustentável (mercado consumidor verde).

O principal entrave na adesão do conceito de desenvolvimento sustentável está em conseguir maior espraiamento e consolidação das bases de sustentação político-sociais, com implementações viáveis e realísticas dentro do cenário industrial de desenvolvimento dominante. Assim, faz-se necessário um arcabouço teórico forte, científico/tecnológico, de embate na mudança conceitual e cultural do "negacionismo" que permeia o tecido social em alguns setores políticos e camadas sociais conservacionistas (VIOLA; LEIS, 1992).

Paula *et al.* (1998) ressaltam a importância da grande mídia e a necessidade de um tripé que envolva o plano físico, biótico e antrópico. Eles expurgam ideias simplistas e práticas reducionistas, como "lixo zero" — da forma como se faz no Brasil —, sempre com iniciativas cosméticas. Os autores tecem seus argumentos voltados para a divisão internacional do trabalho, a economia, a tecnologia de ponta e o conhecimento científico, correlacionando-os diretamente à expansão/exclusão capitalista.

Os exemplos mencionados por Paula *et al.* (1998) mostram claramente essa rede de fluxos fixos voltados à circulação de poder econômico — importações e exportações — entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. É uma formação tecnológica de blocos regionais periféricos que desonera o Estado, retira direitos trabalhistas, abaixa a remuneração, reduz os custos de produção e centraliza a produção básica, fomentando uma dependência total de certos países, até mesmo quando se fala de produtos de linha industrial básica. O cerne dos autores é a luta pela conservação via debates, conferências, agendas, congressos e astúcias com a finalidade de pressionar o poder público e a comunidade internacional. Eles fazem contextualizações e panoramas históricos temporais sobre temas fundantes da ecologia política, trazendo à baila o passado que se repete no presente e que norteia as bases epistemológicas para as mudanças do futuro. Os autores contribuíram com a disciplina do tempo, voltada para a produção na sociedade capitalista/ambiental, em que o tempo deve ser consumido de maneira eficiente para a efetividade do trabalho e do desenvolvimento sustentável.

O Movimento Nacional da Reforma Urbana (MNRU) propôs inúmeras emendas à nova Constituição, mas poucas foram incorporadas no texto final de 1988. Apesar de promissora, a lei federal não obteve os resultados esperados. Os motivos para o insucesso de sua aplicação foram os obstáculos criados pelos empreiteiros, empresários imobiliários, proprietários de terras e políticos. “No Brasil, a trajetória da regulação urbanística na forma de leis de uso e ocupação do solo difundiram uma cultura em que os benefícios ao capital foram internalizados como direitos adquiridos associados ao direito de propriedade” (FILHO; COSTA, 2017, p. 6).

A ideia do “comum” sempre foi utilizada quando se mostrou necessária a união de determinado grupo para se manifestar, contrapor um governo, clamar um direito ou outras demandas coletivas. De acordo com Filho e Costa (2017, p. 6), “os comuns não são apenas o território de uma nova geração de grupos ativistas: nas metrópoles brasileiras, o fazer-comum há muito tempo encontra-se incorporado nas favelas, periferias e espaços”. A ideia do “comum” é aceitar a mudança de perspectiva e propiciar a abertura do espaço urbano ao coletivo.

De acordo com Smolka (1996), “não há como separar os problemas ambientais mais aflitivos destes ‘tempos (pós)-modernos’, dos processos de urbanização em geral, e da estruturação intra-urbana em particular” (p. 133). Essa associação estrutural é materializada tanto pela pressão sobre o meio ambiente natural, para a sustentação do modo de vida urbano, quanto pela natureza dos ambientes criados, conhecidos como “cidades”. Portanto, podemos inferir que as questões de urbanização estão intimamente ligadas aos problemas ambientais.

Nesse sentido, na análise de propostas de mitigação dos problemas ambientais presentes nas cidades, é necessária a avaliação das ramificações das ações propostas, uma vez que estas podem interferir em todo o centro urbano. Os problemas ambientais não possuem soluções imediatas, assim como não surgem de forma instantânea. Nos países subdesenvolvidos, o cenário urbano desigual é ampliado: uma pequena parcela da população possui uma área urbana bem estruturada, em desfavor da outra grande parcela, que vive em áreas precarizadas. Desproporcionais também são as tribulações causadas pelos problemas ambientais sofridos por diferentes parcelas da população, posto que a administração do Estado pela elite é um dos fatores que contribui para a desigualdade intraurbana.

As cidades estão em constantes transformações. Desse modo, é necessário grande interesse e esforço para que sejam resolvidos os impasses nas questões de política urbana. Segundo Smolka (1996, p. 135), “enfrentar a questão ambiental significa também alterar o processo de estruturação interna da cidade, processo este que [...] tem desafiado as noções mais elementares de equilíbrio, homeostase e autossuficiência”.

De acordo com Swyngedouw (2001), “somente nos últimos anos uma aproximação começou a se afirmar entre pensamento ecológico, economia política, estudos urbanos e teoria crítica social” (p. 85). A partir desses princípios, pode ser possível criar uma nova e mais eficaz ecologia política urbana. O meio ambiente é essencial para a vida humana, não só para sua existência, mas também para as relações sociais. Nessa dependência que a humanidade tem da natureza, ambas passam por transformações. “Todo o corpo e coisa são *cyborg*, um mediador, parte

social e parte natural, mas sem fronteira” (SWYNGEDOUW, 2001, p. 89). Então, convém afirmar que não é possível dissociar as relações sociais da natureza, sendo necessário — e urgente — abrir um debate que englobe essas duas correlações.

Ainda para Swyngedouw (2001), o “discurso ‘representacional’ da produção de conhecimento [...] não consegue problematizar como essa representação da socrionatureza encontra-se inevitavelmente envolta em uma trama de significados simbólicos e discursivos” (p. 90). Sobre essa problemática, existem muitas suposições de “verdades” frágeis que podem ser facilmente refutadas. No entanto, para Swyngedouw (2001), o “processo de produção socrionatural da cidade está inscrito num discurso representacional que produz a natureza/sociedade [...] um modo particular” (p. 90).

Outro ponto a se considerar é que a água tem um papel fundamental no processo de urbanização, sendo essencial para a sobrevivência de todas as espécies, inclusive para a vida humana. A humanidade buscou “domesticar” a água e monetizá-la, tornando-a também fator de acesso ou exclusão social. Na visão de Swyngedouw (2001), “a circulação e a urbanização da água tornam-se [...] envolvidas na ecologia política do estado local e nacional, das divisões internacionais do trabalho e do poder, dos ciclos hidrológicos e climatológicos, regionais e globais” (p. 90).

Davis (2001), em diálogo com Greene (2005), trata de colocar o viajante em uma situação de paisagem não existente em seu imaginário. Porém, essa nova paisagem “moderna” não existia no cotidiano de vida do viajante. Tal visão ocular foge do urbano dito “avançado”, do industrial e do progresso e entra na miscelânea do bucólico, do tradicional, conhecido como “primitivo”. Vale ressaltar que essa frase é concebida na visão capitalista como se entrasse em um “túnel do tempo” que proporcionasse os caminhos da realidade: “antigo e moderno”.

O referido artigo tem o objetivo de mostrar os projetos que buscam mudanças arquitetônicas, paisagísticas, ambientais e populacionais causadas pela especulação imobiliária privada a partir do conhecido jargão “pensar grande”² diante das áreas rurais do Sul da Califórnia. Davis (2001) relata várias formas de tentar amenizar o risco

² O “pensar grande” virou um mantra de poder fácil para o capitalismo. Ele é corriqueiramente falado em qualquer situação que se deseja imprimir argumentos de poder e dominação.

pelo zoneamento, construindo estruturas mitigadoras como: cinturões verdes, parques de diversões e canais de escoamento das inundações em vias públicas que, ao mesmo tempo, têm a intenção de conter a expansão populacional mal direcionada. Convém explicar que, historicamente, tais projetos sempre caminham juntos à exclusão das classes sociais mais baixas e a um distanciamento/uma migração dessa população de sua origem.

“A ecologia, em outras palavras, deteve-se aquém da mais subversiva, mas necessária, política de projeto urbano” (DAVIS, 2001, p. 87). Os números dessa (re)significação (re)produzida pelo capitalismo, nos meios rural e urbano, estão expressos nos inventários de mudanças de uso da terra, apresentando taxas — em uma série histórica de 20 anos — de 14,2% de crescimento residencial e 52,9% de queda em áreas agrícolas. Isso cria também as contradições expressas no espaço, quando o resultado são as cidades-fantasma, por exemplo. Outro ponto importante é o crescimento populacional de 1930 (3.000 habitantes) a 1960 (21.000 habitantes).

Sendo assim, a partir de tudo o que foi dito até aqui, cabe afirmar que é impossível dissociar o humano das transformações culturais, territoriais e tecnológicas do meio ambiente, uma vez que o homem é o grande causador dessas mudanças, por suas ações irresponsáveis e inconscientes em busca de lucro e conforto, sem considerar todos os impactos dessas ações no futuro. Essa visão ecológica e tudo o que a acompanha é o que será abordado no próximo tópico.

URBANIZAÇÃO, CONSUMO E MUDANÇAS AMBIENTAIS GLOBAIS

Primeiro, busca-se aqui entender o conceito do *novo realismo ecológico* e seus desdobramentos, de acordo com a visão de Pádua (2005). Para o autor, essa dinâmica pode ser observada desde o cálculo empresarial até as decisões políticas internacionais e consiste em um “esforço para superar o enfoque abstrato e flutuante que denomina o pensamento político e econômico contemporâneo, por meio do qual as sociedades tendem a ser vistas como flutuantes acima do planeta terra e seus ecossistemas” (PÁDUA, 2005, p. 1). Ou seja, o pensamento que impera é aquele que não considera

que a sociedade faz parte de um ecossistema, enxergando-se do lado de fora de todas as transformações que ocorrem no meio ambiente, por exemplo.

Ainda de acordo com Pádua (2005), o “enfoque flutuante” apresenta dois problemas fundamentais: o primeiro desconsidera que todas as ações humanas, incluindo a criação de tecnologias — chamadas “extensões exosomáticas” (ALIER, 1997 *apud* PÁDUA, 2005) —, acontecem com, e em razão de, recursos do mundo físico, claramente com as especificações e limitações de cada localidade. Já o segundo enfoque “obscurece o fato de que as desigualdades entre os seres humanos, fruto de conflitos históricos e do estabelecimento de configurações de classe e de dominação intra e intersociedades, também se expressam materialmente e precisam ser enfrentadas no contexto desta mesma materialidade” (PÁDUA, 2005, p. 5).

Assim, o novo realismo ecológico conclui que os recursos naturais parecem ser tão indispensáveis para a sociedade moderna quanto para as que a antecederam, uma vez que, inclusive, são utilizados para as tecnologias desenvolvidas hoje. “Os seres vivos podem, e isso é especialmente verdade ao caso da ação humana, realizar modificações no mundo biofísico, mas não substituir os seus padrões fundamentais” (MATURANA; VARELA, 1987, p. 4).

Outro conceito cunhado por Pádua (2005) é o de *iniquidade global*, que basicamente é um fenômeno que tem como indicadores os cálculos de uso de fluxos materiais e do espaço ambiental. Surgiu após o século XVI, e, a partir das mudanças históricas pelas quais o mundo passou, a visão flutuante, mencionada acima, começou a conquistar sua primazia. O “modelo de alto consumo” foi replicado em várias partes do mundo. No entanto, essa ideia possuía caráter imaginário, primeiramente em razão de os tempos históricos serem heterogêneos e dificilmente replicáveis. Em segundo lugar, observa-se que a ecologia como balizadora das ações humanas parecia ter sido superada, em uma era chamada de “era da exuberância”, como se todas as mudanças históricas tivessem estabelecido apenas um intervalo histórico e não uma interrupção (PÁDUA, 2005).

Ainda para Pádua (2005), pensar em uma política de sustentabilidade não é o mesmo que pensar sobre políticas ambientais. A primeira busca uma transformação de

todas as estruturas estabelecidas pela produção e pelo consumo, avaliando a sua possibilidade de sustento de forma global e integrada. Contudo, a política ambiental é mais pontual em relação à degradação do meio ambiente.

É importante afirmar que toda a atividade da sociedade urbano-industrial é capaz de destruir os recursos naturais da ecosfera, sendo que esse mau uso é comprovado pelos “cálculos de fluxos materiais”, que servem justamente como base para a definição do fenômeno da iniquidade global mencionado anteriormente (PÁDUA, 2005). Observa-se também o conceito de espaço ambiental que, interligado à iniquidade global, “significa [...] a busca de um espaço apropriado para a vida humana no planeta entre o mínimo requerido para as necessidades sociais básicas e o máximo que pode ser assimilado pelas dinâmicas da ecosfera” (PÁDUA, 2005, p. 12). Então, a partir do “cálculo efetivo do espaço ambiental” — que possui como parâmetros básicos: energia, solos, água, madeira e recursos não-renováveis —, é possível determinar, de acordo com o princípio da equidade, o valor acima do admissível que cada país está consumindo.

Segundo Carley e Spapens (1997), conforme foram citados por Pádua (2005), esse cálculo é feito basicamente a partir de três blocos que se relacionam ao uso dos recursos naturais do planeta. O bloco 1 corresponde à 1/5 da humanidade e é composto pelo grupo de pessoas de alto consumo, ou seja, pessoas de classe média alta para cima, que costumam consumir excessivamente. O bloco 2 corresponde às pessoas que possuem renda média, consumindo, portanto, de acordo com essa renda; é composto por 3/5 da humanidade. Por fim, o bloco 3 é formado pelo grupo mais pobre da humanidade e que consome bem menos em relação aos outros blocos. Trata-se de 1/5 da humanidade (CARLEV; SPAPENS, 1997 *apud* PÁDUA, 2005).

Após a análise das classificações por blocos, é possível tecer as seguintes considerações: a globalização atinge somente de 20 a 40% da população mundial, sendo fantasiosa a ideia de que todos pertencemos a um mundo que está se globalizando. Não se pode analisar a classificação por blocos somente por países, pois “as diferenças entre países também aparecem nos dados comparativos das médias nacionais de consumo de recursos naturais” (PÁDUA, 2005, p. 15). “Um dado significativo é que, dos cerca de 175

países hoje existentes, apenas 40 participam do comércio mundial, ocupando percentualmente 96% do mesmo” (CARLEV; SPAPENS, 1998, p. 41). É importante frisar que a degradação que ocorre no planeta, devido aos impactos ambientais decorrentes do consumo de recursos naturais, é de responsabilidade majoritária de apenas 1/5 da população mundial.

Para que haja um consumo igualitário dos recursos naturais do planeta — de maneira a diminuir os impactos ambientais e proporcionar um crescimento no consumo material e na qualidade de vida dos blocos II e III, que juntos representam 4/5 da humanidade —, é necessário que o bloco I reduza seu consumo de maneira drástica. Segundo Paul Ekins, um verdadeiro projeto de desenvolvimento sustentável para a humanidade deve diferenciar os contextos do Norte e do Sul, defendendo como denominador comum os valores da justiça na economia global e da ampla participação sociopolítica (PÁDUA, 2005).

Por outro lado, quando se pensa no contexto brasileiro, a concentração de recursos naturais não aparenta problemas, uma vez que possui uma densidade populacional relativamente baixa. Apesar desse cenário, o acúmulo de renda e apoderamento dos recursos naturais fazem com que o território brasileiro viva em acentuada decadência social. Como as variáveis de energia, madeira e minérios seguem o mesmo modelo, será feita a análise da água e do solo.

A produção, o consumo e a iniquidade no Brasil apontam que a visão de que o país possui cerca de 8 a 12% do estoque de água doce da terra não é verídica.

A situação de abundância, contudo, é enganosa, pois a disponibilidade na região amazônica é de 121, 8 mil metros cúbicos por segundo. Bem menor é a disponibilidade no Centro-oeste (27,8 mil), Sul (11,6 mil), Sudeste (10,5 mil) e Nordeste (5,9 mil). O consumo percentual da água disponível nestas duas últimas regiões, por outro lado, já é bem maior do que a média nacional, chegando a 4,67% no Sudeste e 4,87% no Nordeste. (PNUD, 1996, p. 85–86 apud PÁDUA, 2005, p. 20).

Não obstante, em termos de concentração, de maneira geral, o país sofre com progressivos conflitos locais — disputas que são acentuadas devido às questões de desperdício. As localidades de grande densidade populacional, áreas rurais e desertificadas concentram a maior parte dessas problemáticas.

Sendo a maior responsável pelo consumo de recursos hídricos (59%), a agricultura irrigada é um fator de conflito que está em crescimento. A indústria responde por 19% do consumo da água e as estruturas urbanas, por 22%. A grande agricultura patronal é essencialmente responsável pela área irrigada no país, e, apoiada pelo governo, obteve um crescimento de 30% entre 1986 e 1996. Com crescimento da agricultura empresarial e o modelo agrícola da irrigação, ocorreu, como consequência, um aumento acentuado no consumo agregado de água, sendo um fator de conflito com outras áreas (PÁDUA, 2005).

No que tange ao solo, o IBGE possui uma classificação de aptidão dos solos bastante convencional, em que 30,5% do território é regular para o uso da agricultura, 13,2% varia de regular para bom, 21% varia de regular para desfavorável e 35,3 % não é terra apta para o manejo (PÁDUA, 2005).

Já a Embrapa fez, em 1991, uma classificação a partir dos seguintes parâmetros: 250,9 mi de hectares de áreas aptas para a lavoura e 99,7 mi de hectares de áreas aptas para a atividade pecuária. Contudo, “ao analisar o que existe efetivamente de exploração [...] observa-se que as lavouras ocupam cerca de 62,8 mi de hectares e a pecuária 179, 2 mi de hectares” (PNUD, 1996, p. 93 apud PÁDUA, 2005, p. 21).

A pecuária ocupa quase o dobro da área que seria necessária para sua atividade, além de, na maioria das vezes, ser descuidada e usada pelos latifúndios como forma de ocupação de terras.

O dualismo perverso no uso da terra gera uma situação socialmente insustentável e, ao mesmo tempo, ambientalmente degradadora. A perda média anual de solo é de 20 toneladas por hectare, o que equivale a uma perda média nacional de 1 bilhão de toneladas de solo por ano. (RIBEMBOIM, 1997, p. 43 apud PÁDUA, 2005, p. 23)

Nesse sentido, Pádua (2005) ainda afirma que a principal necessidade do Brasil não se concentra em traçar objetivos para a redução do uso predatório dos recursos ambientais, mas, sim, praticar uma política que mude todas as estruturas que fomentam esse processo, como, por exemplo, a desigualdade social que existe em grande parte do território brasileiro (PÁDUA, 2005).

Políticas foram criadas e delineadas com o objetivo de estabelecer uma sociedade capitalista moderna no país, sendo que esse processo intenso e acelerado de crescimento urbano-industrial não caracteriza as “dinâmicas sociais” e econômicas voluntárias. Durante algumas décadas, dezenas de milhões de pessoas saíram dos campos para a área urbana, gerando um aumento da pobreza e da exclusão social. Esse é o resultado da falta de investimento do setor público local nas necessidades básicas de saneamento e moradia da população.

Segundo Pádua (2005), é possível destacar os seguintes pontos referentes ao consumo: padrão de consumo definido por um mercado classista e que evolui em razão da concentração de renda, e não apesar dela; iniquidade social como base; grande carência de acesso popular aos serviços públicos ou àquilo que poderia prover uma vida digna; exclusão e marginalização social etc. (PÁDUA, 2005).

Ainda segundo Pádua (2005), no que se refere aos padrões de produção, é possível mencionar dois elementos básicos:

Desperdício e descaso com o espaço público: O comportamento perdulário e curto-prazista das elites revela-se na falta de cuidado com a produção, que mesmo assim produz taxas de lucro suficientes ao ser direcionada para um mercado elitista. A taxa de desperdício no país é imensa, sendo que a maior parte da matéria e da energia desperdiçadas são lançadas nos espaços públicos, contribuindo para aumentar a degradação ambiental generalizada. (PÁDUA, 2005, p. 29)

Barros e Veríssimo (1996) citam, por exemplo, a extração da madeira na região amazônica, que é objeto de discussão internacional ao desperdiçar 50% do material retirado de cada árvore. Além disso, Pádua (2005) menciona o desperdício de água apropriada ao consumo, que chega a um patamar de 30% em Minas Gerais e 40% em São Paulo.

Nessa mesma linha de pensamento, busca-se mencionar também o trabalho de Gonçalves (2018), que analisa minuciosamente o *Rascunho zero*, do material *O futuro que queremos*, apresentado na Conferência das Nações Unidas pelo Desenvolvimento Sustentável Rio +20, de 2012, que preconizava uma série de ações que deveriam ser discutidas durante o evento para serem colocadas em prática, a favor da sustentabilidade. O documento é composto por 128 itens, divididos em 5 partes. Possui

apenas uma parte não direcionada à política, que fala da Economia Verde. Em relação à economia, pode levar a direções não almejadas, uma vez que fica evidente a conjectura de que a economia não possui múltiplas leituras. Sendo um documento que se refere à ecologia, é inadmissível que possua um número demasiadamente superior de referências às questões econômicas, em detrimento das questões ambientais.

Em 19 páginas foram observadas 55 referências à dimensão econômica e apenas 7 referências à ambiental. Mesmo apresentando a economia como “economia verde”, é possível ter ciência de que se trata da economia mercantil. E, para se estudar as questões que envolvem a dominação da natureza, é importante separar o homem da natureza. O termo “economia verde” deve ser substituído por “desenvolvimento de práticas sustentáveis”, uma vez que o primeiro é um erro tanto filosófico como científico.

Sobre a erradicação da pobreza, o que mais chamou a atenção do autor no *Rascunho zero* foi a associação da “economia verde” com o “desenvolvimento sustentável” (GONÇALVES, 2018), o que demonstra que os grandes índices de pobreza e miséria se devem a tudo aquilo que causa a destruição e a exploração desenfreada dos recursos naturais, como o modelo econômico capitalista, o consumismo, a exploração de mão de obra barata etc. Então, foi proposta a substituição do termo “erradicação da pobreza”, presente em todo o documento, por “partilhar a riqueza”, além da abertura de uma discussão acerca do modo atual de produção. (GONÇALVES, 2018). O autor ainda ressalta que:

Embora possamos admitir o conceito de pobreza absoluta que, na verdade, seria a miséria, [...] o conceito de pobreza é mais complexo e só pode ser analisado junto com o de riqueza, seu par necessário. Sendo assim, é não só o caráter simbólico da riqueza reduzido à sua dimensão quantitativa, [...], mas também a idéia de realização pelo consumo de bens materiais instigados por um poderoso mecanismo de conformação das subjetividades através do marketing e da publicidade e pelo controle quase absoluto dos meios de comunicação de massa de caráter comercial. (GONÇALVES, 2018, p. 5)

O documento, apesar de não trazer muitos argumentos, faz várias referências à ideia da “ajuda aos países em desenvolvimento”. Passa a mensagem de que os “países

em desenvolvimento” são responsáveis pela crise ambiental e precisam de ajuda, absolvendo os “países desenvolvidos” de sua responsabilidade.

Há uma parte do material que destaca o “Setor Privado” e as Grandes Empresas privadas, cujas leis são aplicadas de forma mais rígida pelo Estado. No entanto, elas possuem o princípio do direito ao proprietário, o conceito de externalidade e total controle do pessoal quanto às demissões e demais ações, com o objetivo de obter maiores lucros. Assim, cabe colocar que a empresa privada precisa ter sua responsabilidade aplicada em relação aos danos causados ao social e ao meio ambiente, pois “tem sido responsável pelo enorme aumento do desemprego, sobretudo dos jovens, nos países chamados desenvolvidos, e pela flexibilização dos direitos sociais e coletivos (seguro desemprego, seguridade social)” (GONÇALVES, 2018, p. 6).

Sobre o Jogo das Escalas e a Questão das Territorialidades, o autor ainda ressalta que:

[...] registre-se que o debate no campo ambiental alimentou muito essa crítica à escala nacional assim como contribuiu para esvaziar o profundo sentido político das escalas local e regional, como se pode notar no slogan ‘agir localmente e pensar globalmente’, tão largamente apregoado nessas lides, onde as comunidades eram convidadas a privilegiarem as ações à escala local, enquanto as grandes corporações não só pensavam como agiam em todas as escalas (global, nacional, regional e local) e, assim, contribuindo para a fragilização das comunidades locais. (GONÇALVES, 2018, p. 7)

Existe uma grande variedade de povos com suas línguas, culturas e costumes diversificados. Essas comunidades possuem seu próprio território e sua territorialidade. Por isso, o autor afirma que é fundamental que o material apresentado reconheça — efetivamente, não somente na teoria, como também na prática — as importantes contribuições culturais e históricas desses grupos, “[...] assim como deve deixar de fazer referência a setores, como o ‘setor privado’ e as ‘grandes empresas’, que estão implicados diretamente na produção dos problemas ambientais” (GONÇALVES, 2018, p. 8).

A “dimensão política” não é incorporada como um dos pilares do “desenvolvimento sustentável” no documento, sendo citados somente os fatores social, econômico e ambiental. Nesse sentido, para Gonçalves (2018), dissociar sociedade e

natureza é fruto das próprias relações sociais e de poder que foram sendo estabelecidas a partir da exclusão de povos nativos de suas terras, onde se encontravam em contato profícuo com o meio ambiente em que viviam (GONÇALVES, 2018).

Insistir numa economia mercantil, ainda que pintada de verde, numa crença no milagre da tecnologia dissociada dos fins que lhes dão vida, numa visão da política que ignora seu caráter necessariamente contraditório e, portanto, conflitivo, como faz o documento em apreço, não altera as estruturas das relações sociais de poder que dão sustentação ao insustentável mundo que habitamos. (GONÇALVES, 2018, p. 14)

Então, essa forte ligação de grupos sociais, como camponeses e indígenas, com o meio ambiente fez com que eles pudessem obter formas de se expressar nas relações de poder. Devido a isso, direitos como greve e movimentos sociais, dentre outros aspectos, foram sendo buscados e conquistados.

Nesse diapasão, e a partir de tudo o que foi discutido até aqui, é que se insere as análises de Grzybowski (2011). O mundo passa por um dilema em que é preciso definir como se relacionar com a natureza. A continuidade do comportamento atual perpetuará a destruição do meio ambiente. O consumo de bens e serviços, de maneira exacerbada, é característica da sociedade atual, onde se observa também um aumento contínuo da produção de lixo. Esse cenário causa a depredação do meio ambiente e a deterioração da qualidade vida. “[...] altermundialistas ou ativistas da nascente cidadania planetária, como prefiro definir, ainda – pouco visíveis no espaço público, usamos a expressão crise de civilização para definir esta combinação e simultaneidade de muitas crises” (GRZYBOWSKI, 2011, p. 4). Sendo assim, a criação de uma nova mentalidade acerca da biocivilização se faz necessária. No entanto, essa é uma ideia que ainda está em construção e deve ser debatida de acordo com a realidade.

Infelizmente, essa ideia não é suficiente para contornar as crises ambientais e sociais da atualidade. “Tudo precisa de portadores, de sujeitos coletivos que vejam neste conjunto de valores e ideias [...] possibilidades de transformação das condições, relações e estruturas vividas” (GRZYBOWSKI, 2011, p. 4). Para uma biocivilização, é necessária uma reconstrução da base da civilização no que tange aos seus princípios e valores éticos, relacionados às suas relações sociais e com o meio ambiente.

A humanidade utiliza o antropocentrismo como base para seu pensamento filosófico. Tal concepção permitiu que a civilização tivesse grande desenvolvimento no decorrer do tempo. No entanto, além da subjugação da natureza, a subjugação também ocorreu entre os próprios indivíduos. Com os problemas atuais relacionados à natureza e às relações sociais, torna-se necessária uma nova maneira de lidar com as questões ecológicas.

Nossa vida não está acima nem de lado, mas dentro da lógica natural. [...] De uma perspectiva de biocivilização, nesta relação com a natureza, adaptando-se às suas condições e ritmos, seguindo seus processos de mudança e enriquecendo-a, facilitando a renovação e regeneração, se define a sustentabilidade da vida e do planeta. (GRZYBOWSKI, 2011, p. 7)

A biocivilização deve ser conduzida por meio de princípios e valores. De acordo com Grzybowski (2011), “na civilização industrial produtivista e consumista [...] tais princípios e valores estão excluídos ou minimizados, são subjugados unicamente ao que contribuem ou não ao valor de mercado” (p. 9). Um dos princípios primordiais da civilização é o cuidado. Sendo algo essencial para a humanidade, sem ele não existiria a vida. “Precisamos resgatar o cuidado como princípio de desprivatização da família e da dominação machista no seu interior” (GRZYBOWSKI, 2011, p. 10). O cuidado na diminuição da produção do lixo, na destinação correta dos resíduos, no uso consciente dos recursos da natureza, na proteção ao meio ambiente etc. é fundamental para a relação dos indivíduos entre si e com a natureza.

Para que se consiga um mundo sustentável, é necessário abandonar o fundamento do consumismo, em que há a necessidade de se obter cada vez mais bens de consumo como preceito para a felicidade. Do outro lado desse consumo extremo de bens privados, Grzybowski (2011), ao falar sobre bens comuns, afirma que “a necessidade sentida, almejada e enfrentada coletivamente leva a criar bens comuns. [...] a acumulação individual capitalista vem sendo a forma mais radical de encarceramento e destruição dos bens comuns” (p. 13). Citando Silke, ele ressalta que o comum não é uma característica específica do bem em si, mas, sim, algo que está ligado à relação social atribuída a ele, ocupando espaço especial na organização da vida social. Os bens comuns estão presentes desde o início da humanidade. A água, a terra, o ar, as

florestas, os frutos, dentre outros, são exemplos de bens comuns. Os bens comuns não podem ser propriedade privada, uma vez que são o âmago da vida.

Desconectar os bens comuns do ideal mercantilista e capitalista se configura como algo quase impossível para vencer a crise da civilização e partir em busca de uma vida mais sustentável para todos. Eles não são empecilhos para a industrialização, mas atuam e substanciam o caráter de comunidade e compartilhamento em um mundo onde a humanidade é tão desigual. Com o desmantelamento do socialismo e a predominância do capitalismo no mundo, as desigualdades sociais se ampliaram, assim como as lutas por justiça e igualdade. Hoje, os homens têm adquirido grande consciência sobre a ameaça da exclusão social e urgência em se pensar nisso (GRZYBOWSKI, 2011).

A desigualdade social presente no mundo não pode ser caracterizada somente pelo poder de compra. “No processo de produzir e acumular [...], produz ao mesmo tempo desigualdade social e desigualdade ambiental, mas impõe o seu ideário de consumo a toda sociedade, tornando-a refém do crescimento dos negócios, perpetuando-se no tempo” (GRZYBOWSKI, 2011, p. 16). A degradação ambiental é um dos aspectos da desigualdade social que comprometem as gerações futuras. Sendo assim, a luta social e a proteção ao meio ambiente precisam estar associadas, pois, ambas estão intimamente ligadas. De acordo com Grzybowski (2011), “uma não acontece sem a outra e isto requalifica de modo radical as lutas sociais de nosso tempo tendo em vista a biocivilização” (p. 17).

O autor ainda enfatiza que, culturalmente, no âmbito político, enfrentar injustiças se confunde com acesso e garantia de direitos humanos. Contudo, só podem ser considerados direitos se forem iguais para todos, e não para somente alguns grupos, o que caracteriza o tipo de privilégio social diretamente ligado ao poder (GRZYBOWSKI, 2011). Por esse caráter do “comum” é que os direitos humanos têm papel fundamental na reformulação das políticas sociais e ambientais. “[...] para uma biocivilização voltada à inclusão de todos, sem distinção, e à sustentabilidade da vida e do planeta, a Carta de Responsabilidades Humanas deve ser construída em relação e em paralelo à

reconstrução e ao aprofundamento de uma Carta de Direitos Humanos, como aqui definidos” (GRZYBOWSKI, 2011, p. ?).

São princípios consequentes de disputas que concentram composições culturais e conquistas da civilização, como a diversidade, por exemplo — princípio recente que se caracteriza pela identidade, por aceitar a igualdade que existe nas diferenças.

A diversidade, de um ponto de vista natural, é a lei da vida. É na diversidade que ela se realiza. Ou seja, a diversidade faz parte da ética social, da ética ambiental e da ética ecológica [...] fundamento da biocivilização: igualdade na diversidade; diversidade como contraposição da homogeneização, [...] diversidade como forma de realização da igualdade. (GRZYBOWSKI, 2011, p. 20)

Já a individualidade se baseia em preceitos comuns, ao contrário do individualismo que tem como presunção o consumismo, a concentração de riquezas, a sociedade produtivista que degrada a natureza. “É pela cultura diversificada, que valoriza o potencial das gentes que a constituem, que é possível almejar a sustentabilidade da vida e do planeta” (GRZYBOWSKI, 2011, p. 21).

Sobre o princípio da biocivilização, Grzybowski (2011) ressalta que é necessário haver paz. Todos os conflitos e guerras que subsidiam e sustentam a sociedade industrial produtivista consomem e destroem a natureza. O autor ainda defende que as únicas possibilidades perpassam pelos difíceis trajetos da democracia “através da radicalização e democratização da própria democracia” (GRZYBOWSKI, 2011, p. 21). Entende democratização como a ação de equalizar as diferenças e desigualdades que existem nas sociedades, exercendo, assim, sua grande possibilidade de transformação (GRZYBOWSKI; BRAGA; MOTTA *apud* GRZYBOWSKI, 2011).

O berço da democracia é a ação direta, na praça e na rua (como os exemplos recentes no mundo árabe demonstram cabalmente). Mas ela não se esgota aí. Democracia implica sempre em mais participação e se confunde com participação. A qualidade da participação define, em última análise, a qualidade da própria democracia. (GRZYBOWSKI, BRAGA; MOTTA *apud* GRZYBOWSKI, 2011, p. 22)

Portanto, cabe dizer que um novo paradigma é construído com o passar do tempo, das gerações. Mesmo que não haja como prever as repercussões, é possível tomar decisões para se obter um ponto de partida e tentar seguir em uma direção favorável. Contudo, não é um processo homogêneo, a despeito de certa dependência criada do capitalismo e da recente globalização (GRZYBOWSKI, 2011). A construção de um paradigma não necessita somente de determinação ou de tudo o que foi levantado até o momento; é necessária também uma forte vontade política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme discutido até aqui, o forte processo de industrialização que vem ocorrendo desde o século XVIII trouxe também diversas consequências, que vão desde a desigualdade social até o esgotamento/mau uso dos recursos naturais. Então, buscou-se abordar a importância do desenvolvimento sustentável e como ele faz parte de todas as discussões atuais, não somente no âmbito ecológico, como também no político e econômico, uma vez que busca englobar e equilibrar os três fatores: econômicos, sociais e ambientais.

Aqui também se discutiu os conceitos de iniquidade global e do “enfoque flutuante” e como ambos estão interligados, já que o primeiro é a medida do nível do uso dos recursos naturais, e esse uso, atualmente, ocorre através do segundo, que não enxerga a sociedade como parte do ecossistema e, portanto, não se sente responsável pelos problemas ambientais. Também foi analisado o documento *Rascunho zero*, à luz de Gonçalves (2018), e explicado o conceito de biocivilização, de Grzybowski (2011), que nada mais é que uma compreensão de que o meio ambiente e a sociedade andam juntos e seus problemas encontram-se interligados, devendo, portanto, também se unir a favor de resolver as questões ecológicas e sociais, oriundas do modo de produção capitalista.

Sendo assim, é possível também afirmar que para que o Brasil consiga combater sua dívida social, será necessária uma utilização considerável dos recursos naturais — recursos estes que estão presentes na própria diversidade do seu território e que podem ser utilizados para criar mecanismos de geração de empregos, renda e produção.

Contudo, para que esse enfrentamento não seja prejudicial ao meio ambiente, é necessária a criação de padrões e tecnologias que superem o alheamento descrito e priorizem a preservação e a proteção da saúde do meio ambiente.

AGRADECIMENTOS

À FAPEMIG, pela concessão de bolsa de pesquisa.

REFERÊNCIA

ACSELRAD, H. Políticas ambientais e construção democrática. In: VIANA, G.; SILVA, M. (Orgs.). **O desafio da sustentabilidade**: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1987/1991.

DAVIS, Mike. Como o Éden perdeu seu jardim. In: _____. **Ecologia do medo**. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 63-91.

LASCHEFSKI, Klemens; COSTA, Heloisa Soares de Moura. Segregação Social como externalização de conflitos ambientais: A elitização do meio ambiente na APA-Sul, Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Ambiente e Sociedade**. Campinas, v. 11, n. 2, 2008. P. 307 – 322.

GREENE, Brian. **Os caminhos da realidade: o espaço, o tempo e por que as coisas são como são**. In: **O tecido do cosmo**: o espaço, o tempo e a textura da realidade. Tradução José Viegas Filho; revisão técnica Marco Moriconi. – São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SMOLKA, Martim O. Meio ambiente e estrutura intra-urbana. In: MARTINE, George. **População, meio ambiente e desenvolvimento** – verdades e contradições. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 1996. P. 133 – 147.

SWYNGEDOUW. A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e "urbanização-cyborg". In: ACSELRAD, Henri (org.). **A duração das cidades**: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001. P. 82 – 104.

TONUCCI Filho, J.B.; COSTA, H. S. M. . O comum e a metrópole brasileira: além do impasse da reforma urbana. In: **Anais... XVII Encontro Nacional da ANPUR, 2017**, São Paulo. Desenvolvimento, crise e resistência: quais os caminhos do planejamento urbano e regional?. São Paulo: FAUUSP, 2017.

Grzybowski, C. (2011). **Caminhos e descaminhos para a biocivilização**. Rio de Janeiro: Ibase

GONÇALVES, Carlos Walter *Porto*. **Formação socio-espacial e questão ambiental no Brasil**. Geografia e meio ambiente no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1995.

GONÇALVES, Carlos Walter *Porto*. **Sustentando a insustentabilidade**. América Latina en Movimiento, 31 jan. 2012.

PÁDUA, José Augusto. "Produção, consumo e sustentabilidade: o Brasil e o contexto planetário". In: PARREIRA, Clélia; ALIMONA, Hector. (Org.). **Políticas Públicas Ambientais Latino-americanas**. 1ed. Brasília: FLACSO - Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais, 2005, p. 169-200.

PAULA, J. A. ; GUERRA, C. ; BRITO, F. ; BARBOSA, F. ; BRANDÃO, M. R. N. . Dinâmica Capitalista, Divisão Internacional do Trabalho e Meio Ambiente. In: De Paula J. A.. (Org.). **Biodiversidade, População e Economia**. Belo Horizonte: 1998, v. , p. -.

VIOLA, Eduardo J. e LEIS, Héctor R. A Evolução das Políticas Ambientais no Brasil, 1971-91: Do Bissetorialismo Preservacionista para o Multissetorialismo orientado para o Desenvolvimento Sustentável". In: HOGAN, Daniel e VIEIRA, Paulo F. (Orgs.). **Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável**. Campinas: Ed. UNICAMP.

Uilmer Rodrigues Xavier da Cruz - Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (2020), Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Mestre em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) (2019), Graduação em Geografia - Ênfase em Sistemas de Informações Geográficas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC -MG) (2008).

Ricardo Alexandrino Garcia - Professor do departamento de Geografia do Instituto de Geociências (IGC) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui mestrado (2000) e doutorado (2002) em Demografia pela UFMG e graduação em Psicologia (1995) pela USP.

Recebido para publicação em 01 de junho de 2021.

Aceito para publicação em 30 de junho de 2021.

Publicado em 07 de julho de 2021.